

EDITORIAL

Avaliação, ano 4. Se difíceis foram estes últimos três anos, a travessia de 1999 se denuncia ainda muito mais árdua. Nem por isso infrutífera. Sabemos que os sacrifícios que se impõem à educação pública chegam muito cedo e fortes nos momentos de crise. Entretanto, constringir a educação pública não é solução para nada; enfraquecer (ainda mais) a educação pública é condenar (mais ainda) o país e seu povo a um caminho de crise e pobreza sem volta. Uma educação pública forte carrega consigo as possibilidades e exigências de uma educação de qualidade também naquelas instituições que, embora privadas, também cumprem responsavelmente suas funções educativas públicas.

Dizer que a educação tem um sentido público implica dizer também que ela não se confunde simplesmente com o âmbito estatal, que tem o papel de regulação e normatização da sociedade, e tampouco se identifica exclusivamente com as esferas das relações individuais ou de grupos com interesses próprios. Relacionando-se com as esferas estatais e privadas, mas distinguindo-se delas e por isso mesmo não se identificando inteiramente nem com a administração estatal nem com o mercado, e certamente superando-os, o “público” requer participação coletiva, mas com igualdade de condições dos participantes e preservação dos espaços da vida social.

Um dos maiores riscos da privatização da educação consiste na tendência hoje comum de instituições educativas, inclusive estatais, tomarem o mercado como razão das ações educativas e único referente para a escolaridade – aí sim – de seus “clientes”, e não de seus estudantes e jovens em formação.

Todos nós que estamos fazendo esta revista temos entendido que a avaliação, e aqui mais precisamente a institucional, é elemento fundamental para a construção coletiva de uma educação superior que possa realizar com qualidade sua missão de formar cidadãos e de produzir conhecimentos para o desenvolvimento e o melhoramento do conjunto da sociedade. O “texto” que a revista vem tecendo nas distintas páginas desses até agora onze números não se dispõe sempre igual: é abundante, obviamente desigual, algo disperso, cada um de seus artigos constituindo-se de acordo com o enfoque pessoal, as convicções e o estilo de cada autor. Não há, então, um pensamento único, uma concepção monolítica; entretanto, certamente há uma certa confluência nos compromissos

e pressupostos básicos dos diversos autores nacionais e estrangeiros que têm colaborado com a revista. Assim, vamos construindo um “texto” nada estandardizado, mas comprometido com uma educação superior de qualidade e com forte orientação à função pública e à consciência de sua responsabilidade social, um tanto circular, dado o vaivém dos temas que se entrecruzam e que são tratados de diferentes pontos de vista, muitas vezes carregando forte potencial de polêmicas e, aqui e ali, de discordâncias. Por tudo isso, é um “texto” vivo e propiciador de reflexões e discussões, assim o queremos.

Admitindo divergências em questões pontuais, esse “texto” coletivo e sempre incompleto tem como pano de fundo a idéia básica de que a avaliação “correta” não é propriedade exclusiva de ninguém. Aqui, como em outras questões de valor, a verdade tem que se submeter aos critérios do social e do público. A avaliação é, pois, uma construção democrática, não imposição de um modelo único e já pronto para consumo geral e indiscutível. Tampouco é prerrogativa exclusiva de algumas pessoas ou instituições que se arvoram a competência de avaliadores; ao contrário, sem excluir ninguém, é responsabilidade de todos aqueles que têm a responsabilidade de construir a educação e suas instituições. Por isso, a avaliação de que aqui nesta revista quase sempre falamos não se contenta com simplificações, esquemas abreviados e conclusões rápidas; a educação é um fenômeno polisêmico, de largo prazo, sempre penetrado de muitos e variados valores e suas instituições também são necessariamente complexas, em permanente transformação e ricas de significados. Portanto, a avaliação implica necessariamente um adensamento das relações interpessoais. Os processos sociais produzidos organizadamente e com intencionalidade educativa são ricos de possibilidade de aprendizagem e de formação democrática. Assim sendo, a avaliação não é um empreendimento neutro; ao contrário, ela enseja os lugares da comunicação e amplia os espaços teóricos e éticos em que os sujeitos da comunidade acadêmica podem se assumir como responsáveis pela produção de uma instituição comprometida com a contínua construção e o desenvolvimento incessante da sociedade democrática.

Como nos dez números anteriores, aqui o leitor vai encontrar artigos com distintas características. Uns ficam mais na discussão de idéias, outros

ênfataz estudos de situações ou casos concretos e há os que combinam as duas modalidades. Um traço comum a quase todos é a percepção de que a Universidade atual é uma instituição em transformação. Estão mudando os seus papéis, as demandas que recebe/sofre dos poderes políticos e da sociedade, os modos e estruturas de produção do conhecimento, as suas relações com o Estado, com o mundo social e com o mercado etc. Indiscutivelmente, é importante compreender os sentidos dessas transformações; elas têm um grande impacto sobre a avaliação institucional. Particularmente importante é entender que a realidade que se busca avaliar, ou seja, a Universidade e outras instituições de educação superior (e também de outros níveis) é uma realidade multidimensional e em movimento que não cabe em esquemas avaliativos simples, estandardizados e rígidos. Correlativamente, nós que discutimos e praticamos avaliação devemos estar dispostos às reflexões sobre a temática da mudança em nossos âmbitos.

Estabelecendo importantes relações entre a literatura internacional e a análise de dados empíricos, o trabalho de Stela Meneghel, Débora de Mello e Sandra Brisolla procura identificar elementos característicos da dinâmica interna e de possíveis tendências da relação Universidade X Empresa no Brasil. Essa relação, que não é nada simples, tende a provocar significativas alterações na estrutura acadêmica, exigindo a criação de novos órgãos e mecanismos de gestão, de captação de recursos e de avaliação da produção aí gerada. Essas alterações não dizem respeito somente a estruturas organizacionais do trabalho científico, mas também a mudanças no perfil do pesquisador e conseqüentemente nas formas de avaliá-lo. Este artigo é, pois, não apenas relevante enquanto estudo das relações que entre si estabelecem as Universidades e as Empresas, mas também introduz questões importantes para a avaliação institucional, nesse campo ainda muito pouco trabalhado.

O tema da transformação da Universidade e da necessidade, então, de refletirmos sobre a gestão universitária está presente no texto de Maria Amélia Zainko. Através de seu artigo, mais uma vez temos a oportunidade de entrar em contato com as idéias que os coletivos da Unesco vem produzindo, especialmente nas suas Conferências Mundiais. Especialmente nesses tempos de forte e generalizada presença da ideologia de mercado na educação, a Unesco tem desempenhado um papel de grande importância especialmente em nossa Região, defendendo os valores da formação humana, do fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentado do conjunto da sociedade.

Para Eliana Lourenço e Erly Silva o tema da transformação é tratado, de um lado, como um conjunto de desafios que estão sendo impostos à Universidade e, de outro lado, como uma possibilidade de a avaliação institucional, contando com a participação ampla da comunidade, constituir-se como um dos importantes mecanismos de transformação de cunho filosófico e organizacional.

Olivares Faúndez também trata das mudanças e das novas tendências no contexto internacional. Nesse ritmo vertiginoso de transformações, uma exigência fala alto: assegurar a qualidade dos produtos e serviços, inclusive através do mecanismo da avaliação e da "acreditación", entendidas como processo normal da vida institucional que responda a um compromisso com o melhoramento da qualidade e o desenvolvimento de uma cultura da qualidade amplamente aceita.

Transformações da Universidade Pública venezuelana nas últimas 4 décadas deste século, impulsionadas pelas políticas governamentais explícitas ou implícitas, e as principais tendências para o futuro, este é o tema trabalhado por María Egilda Castellano de Sjostrand. Em todo o texto, rondam as preocupações com os rumos que vêm sendo tomados e com as perspectivas que se visualizam para o futuro. A reconstrução do espaço público e a reafirmação da autonomia e da gratuidade são alguns dos importantes desafios que, segundo a autora, se colocam à Universidade venezuelana. Como em muitos dos nossos países.

Seguem-se dois estudos de âmbitos bem definidos. Conhecer avaliações de aspectos específicos é importantíssimo para a compreensão global que se quer atingir na avaliação institucional. Estudos de caso podem ter valor demonstrativo, desde que os tomemos com as necessárias precauções e entendamos bem seu significado conjuntural. A contribuição que nos oferece Rosângela Rodrigues pertence ao campo da meta-avaliação. Trata-se de uma avaliação de uma determinada prática avaliativa ocorrida na UEL. Por sua vez, Maria da Graça Setton apresenta alguns dados a respeito do perfil acadêmico e de tendências profissionais dos alunos da FFLCH-USP. O estudo nos ajuda não somente a conhecer melhor os alunos dessa área, bem como perceber as estratégias mais utilizadas por eles em decorrência de sua relação com o competitivo mercado de trabalho.

José Dias Sobrinho
editor